

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 4ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	987.055,00	3.407,46	990.462,46
Pessoal Ativo	667.712,37	1.605,14	669.317,51
Pessoal Inativo e Pensionistas	319.342,63	1.802,32	321.144,95
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	263.075,12	1.785,00	264.860,12
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	4.016,76	0,00	4.016,76
Despesas de Exercícios Anteriores	6.043,84	0,00	6.043,84
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	253.014,52	1.785,00	254.799,52
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	723.979,88	1.622,46	725.602,34

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			625.461.567,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		0,115751%	0,000259%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,238692%		1.492.926,72
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,226757%		1.418.280,39
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,214823%		1.343.634,05

Fonte: SIAFI – COFIN/SECOF/ TRT 4ª REGIÃO – 23/set/2013 16h.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2) As despesas liquidadas de auxílio natalidade e auxílio-funeral no valor de R\$ 62.254,84 foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STIN-MF e no Acórdão nº 894/2012.
- 3) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 6.377.616,02
- 4) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 7.694.887,22.
- 5) Despesa Liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R\$ 3.304.124,84.

Desa. ROSANE SERAFINI CASA NOVA
 VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

SANDRO SCHIAVON
 ORDENADOR DE DESPESAS

TATIANA PEDRAGOSA SEVERO
 COORDENADORA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

TANIA MARA DE ARAUJO BORGES
 DIRETORA DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO